



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
(BATALHÃO HERÓIS DO JENIPAPO)**

CONTRATANTE: UNIÃO/ MINISTÉRIO DA DEFESA/EXÉRCITO
BRASILEIRO/ COMANDO DA 10ª REGIÃO MILITAR

CONTRATADO: Home Care.

OBJETO: Prestação de serviços de assistência médica domiciliar.

NATUREZA: Ostensiva.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano (período de ____/____/____ a ____/____/____).

VALOR ESTIMADO:

REGIME DE EXECUÇÃO: indireta, empreitada por preço unitário.

PROCESSO Nº: 64040.005639/2020-40

CONTRATO Nº ____:

A União, entidade de direito público interno, por intermédio do **2º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO**, Organização Militar do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, com sede na Av. Frei Serafim, 2833, Centro, CEP 64000-550, nesta cidade, inscrito no **CNPJ/MF** sob o nº **07.549.168/0001-08** (UG Primária) e **07.549.168/0002-80** (UG Secundária), representada neste ato pelo seu **Comandante e Ordenador de Despesas, MARCELO FLORENTINO BORLINA, Tenente Coronel**, Identidade nº **011.154.714-7/EB**, CPF nº **189.193.658-14**, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado o (a) representante da **Organização Civil de Saúde** _____, inscrita no **CNPJ** sob o nº _____, estabelecida à Rua (Av.) _____, _____, Bairro _____, CEP _____-____, _____-____, neste ato representada pelo(a) seu(ua) **Diretor(a) Administrativo(a), Sr(a)** _____, Identidade nº _____/____-____, CPF nº _____, domiciliado à Rua (Av.) _____, _____, Bairro _____, CEP _____-____, _____-____, doravante denominado **CONTRATADO(A)**, têm entre si justo e contratado, nos termos da seguinte legislação infraconstitucional: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986; Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001; Portaria Ministerial nº 258, de 22 de abril de 1992 (IG 10-48); Portaria Ministerial nº 305, de 7 de junho de 1995 (IG 12-02); Portaria nº 371-Cmt Ex, de 30 de maio de 2005 (IG 12-04); Portaria nº 653-Cmt Ex, de 30 de agosto de 2005 (IG 30-32); Portaria nº 48-DGP, de 28 de fevereiro de 2008 (IR 30-38); Portaria nº 878-Cmt Ex, de 28 de novembro de 2006 (IG 30-16); Portaria nº 139-DGP, de 07 de julho de 2015 (EB 30-IR-10.004); Portaria nº 422-Cmt Ex, de 19 de junho de 2008 (IG 30-18); Portaria nº 117-DGP, de 19 de maio de 2008 (IR 30-57); Portaria nº 396-Cmt Ex, de 16 de junho de 2008; Portaria nº 1.495-Cmt Ex, de 11 de dezembro de 2014; Portaria nº 2.048, de 5 de novembro de 2008, do Ministério da Saúde; Portaria nº 544-MARE, de 26 de fevereiro de 1996; Portaria nº 466, de 4 de junho de 1998, do Ministério da Saúde; Instrução Normativa nº 05-MARE, de 21 de julho de 1995; Instrução Normativa nº 02-SLTI/MPOG, de 30 de abril de 2008; Instrução Normativa nº 02-SLTI/MPOG, de 11 de outubro de 2010; e demais legislações vigentes que tratam do assunto, que integram o presente Termo de Credenciamento, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto

1. A finalidade deste Contrato é garantir aos militares da ativa, da reserva ou reformados, ex-combatentes, pensionistas e seus dependentes e Servidores Civis do Exército Brasileiro (ativos e inativos) e dependentes, nas condições especificadas neste instrumento e no Edital, por intermédio de Organizações Civis de Saúde (OCS) Especializadas em atenção domiciliar à saúde na(s) modalidade(s) de Assistência Domiciliar (Suporte Básico), Internação Domiciliar, Procedimentos de Enfermagem, Gerenciamento de Casos Crônicos, incluindo treinamento de cuidador/acompanhante, central de atendimento telefônico, com médicos e enfermeiros capacitados para o atendimento domiciliar de urgência, serviço de urgência/emergência 24 (vinte e quatro) horas, inclusive com remoção, trans-

porte em ambulância, honorários médicos e de fisioterapeutas (motora e/ou respiratória) e de outras especialidades necessárias à prestação do serviço de atenção domiciliar à saúde:

1.1 As equipes multidisciplinares de atenção domiciliar à saúde devem ser constituídas por médicos, equipe de enfermagem, fisioterapia, nutricionista, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, assistência social e psicólogo, necessários à prestação dos serviços contratados.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao edital

2.1. Este contrato está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 001/2020 FUSEx/2º BEC, de ____/____/____, do qual é parte integrante, bem como seus anexos, para efeito de normas e regras contratuais.

2.1.1 - A apresentação do paciente nas instalações do CONTRATADO correrá por conta do beneficiário.

2.1.2 - O CONTRATADO fornecerá o material necessário para a execução do contrato, com observância das regras postas no Edital de Credenciamento e neste instrumento de Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do fundamento legal

3.1 A presente contratação fundamenta-se no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993 – inexigibilidade de licitação.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1 - A CONTRATADA prestará os serviços previstos na Cláusula Primeira, de segunda-feira a domingo, período de até 24 (vinte e quatro) horas diárias, por meio de seu corpo técnico, conforme a proposta apresentada, que passa a fazer parte do presente Termo como se nele transcrita estivesse.

4.1.1 – Todos os serviços deverão ser autorizados pelo CONTRATANTE. A autorização é obtida com emissão da Guia de Encaminhamento e, em alguns casos, com autorização formal do médico auditor do CONTRATANTE através do e-mail auditoriafusex2020@gmail.com e autorização presencial, com base em pedido de autorização formulado previamente ao FUSEx/2º BEC pela CONTRATADA.

4.2 – Os serviços somente serão prestados aos beneficiários mediante solicitação do médico assistente do (a) paciente, contendo relatório que justifique a necessidade do tratamento domiciliar, sucedida de autorização do FUSEx, baseada em parecer do médico auditor do CONTRATANTE.

4.2.1 – O médico assistente não poderá solicitar a prestação de serviços de assistência e atendimento domiciliar se o mesmo possuir vínculo com a instituição prestadora de serviço home care para a qual o paciente deva ser conduzido para a assistência e atendimento domiciliar, seja na condição de empregado, proprietário, diretor ou participante acionário da empresa.

4.3 – Antes da autorização formal à CONTRATADA, a mesma, junto com uma equipe multidisciplinar do CONTRATANTE, constituída de médico e assistente social, avaliarão as condições do domicílio do paciente bem como a situação social da família, dando esclarecimento aos familiares sobre o tratamento e indicando a uma pessoa da família para realizar o trabalho de cuidador, após o término da Assistência e Atendimento Domiciliar (Home Care).

4.3.1 – O treinamento do cuidador referido nesse item é de responsabilidade da CONTRATADA, sob pena da CONTRATANTE não autorizar o serviço.

4.3.2 – A assistência Domiciliar poderá ser viabilidade após anuência expressa do paciente e/ ou de seu responsável legal, mediante a assinatura de termo de Compromisso de Atendimento Domiciliar, onde constará a indicação do cuidador e a autorização para o treinamento conforme o item **2.3.1**, dessa cláusula. A CONTRATADA deverá apensar o Termo devidamente preenchido e assinado ao prontuário do paciente.

4.3.3 – Após o início da prestação de serviços de Assistência e Atendimento Domiciliar (Home Care), a CONTRATADA solicitará ao beneficiário ou ao seu representante legal que ateste a prestação do serviço na própria guia de autorização.

4.4 – O CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, para cada paciente, proposta de preço detalhada para análise. Nessa proposta deverá constar o plano de tratamento.

4.4.1 - Cabe ao CONTRATANTE o direito de negociar junto à CONTRATADA qualquer item, cujo valor se encontra acima do padrão ou do mercado, sem prejuízo da qualidade do atendimento ao paciente.

4.4.2 – A assistência Domiciliar somente será realizada após avaliação médica registrada em prontuário Específico para

esta finalidade, após a negociação entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE.

4.5 – Os exames de alto custo deverão ter autorização prévia do CONTRATANTE, exceto nos casos de emergência, para pacientes com risco iminente de vida.

4.5.1 - Os exames de alto custo, nos casos de emergência, precedem de pedido de autorização. Entretanto, podem ser executados imediatamente para, em seguida, serem homologados (autorizados) pelo médico auditor do FUSEx.

4.6 - A CONTRATADA deverá disponibilizar

4.6.1 – Recursos de diagnósticos, tratamento, cuidados especiais, materiais e medicamentos necessários;

4.6.2 – Cuidados especializados necessários ao paciente internado em domicílio;

4.6.3 – Serviço de urgência próprio ou Contratado;

4.6.4 – Plantão de 24 horas e garantia de retaguarda, e equipamentos necessários ao tratamento.

4.7 - É vedado à CONTRATADA interromper o atendimento aos pacientes, por questões exógenas.

4.8 - Em caso de óbito durante a assistência domiciliar, a CONTRATADA, através do médico assistente do paciente assumirá a responsabilidade pela emissão da competente declaração.

4.9 – A CONTRATADA deve tomar medidas referentes à preservação da ética médica, conforme normas e leis, principalmente no que concerne à vedação de delegar a outros profissionais, atos ou atribuições exclusivos da profissão médica.

4.10 – A CONTRATADA deverá elaborar, antes do início do tratamento, um Relatório com a Programação do Tratamento, cujo prazo **não poderá exceder a 1 (um) ano**, salvo em casos excepcionais, que deverão ser autorizados formalmente pelo CONTRATANTE.

4.11 – Ao final de cada bimestre a CONTRATADA deverá emitir relatório dos pacientes mantidos em Assistência Domiciliar (Home Care) e o encaminhará ao CONTRATANTE. A cada solicitação quinzenal de prorrogação do serviço de assistência, a CONTRATADA deverá enviar relatórios médicos, de enfermagem, etc, com as indicações atualizadas do quadro clínico e dos demais serviços prestados aos pacientes.

4.12 – A CONTRATADA deverá prestar os serviços conforme as normas e as leis pertinentes, observados os seguintes requisitos:

4.12.1 – Deverá ter, por força de convênio, hospital da retaguarda que garanta a reinternação nos casos de agudização da enfermidade ou intercorrência de alguma condição que impeça a continuidade do tratamento domiciliar e exija a internação formal, que deve ser preferencialmente feita no hospital de origem do paciente.

4.12.2 - Manter um médico de plantão nas 24 horas, para atendimento às eventuais intercorrências clínicas.

4.12.3 - A equipe multidisciplinar da CONTRATADA deverá ter profissionais de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Serviço Social, Nutrição e Psicologia.

4.12.4 - A equipe multidisciplinar será sempre coordenada pelo médico ou Enfermeiro, sendo o médico assistente o responsável pela manutenção da condição clínica do paciente.

4.12.5 - A Assistência Domiciliar somente será realizada após avaliação médica, registrada em prontuário específico. A tabela a ser aplicada, para efeito de avaliação socioambiental e de complexidade assistencial, será a NEAD a critério do FUSEx. Ressalta-se que a tabela NEAD não detém total decisão para enquadramento do paciente na assistência domiciliar, visto que, deve-se também considerar o contexto familiar, a real necessidade de cuidados requeridos pelo paciente e análise do enfermeiro e /ou médico militar.

4.12.6 - As atribuições dos demais membros da equipe multidisciplinar serão as mesmas estabelecidas pelo conselho profissional de cada componente.

4.12.7 - Os protocolos de visitas devem estabelecer o número mínimo de visitas de cada componente da equipe ao paciente internado no domicílio.

4.12.8 - O número máximo de pacientes internados em Assistência Domiciliar sob responsabilidade de um médico não

poderá exceder a quinze.

4.12.9 - O médico assistente de paciente internado em instituição hospitalar que deseja submeter-se à internação domiciliar tem a prerrogativa de decidir se deseja manter o acompanhamento no domicílio.

4.13 - A retirada da infraestrutura e dos cuidados oferecidos pela CONTRATADA ao paciente será gradativa, assim não ocorre o desligamento do paciente do programa Home Care, ficando a CONTRATADA monitorando o caso, com orientação e visitas espaçadas ao domicílio. Neste período, o familiar indicado e treinado para ser o cuidador deverá comunicar ao médico assistente e ao médico do CONTRATANTE, caso ocorra, qualquer agravamento do estado geral do paciente.

4.13.1 - Para iniciar o processo de desligamento da Assistência Domiciliar (Home Care) deverão ser observados a fase de adaptação do paciente ao domicílio, a melhora e/ou estabilidade clínica considerável, não existindo risco evidente para novas internações, a família se encontra apta para oferecer os cuidados que ainda se fazem necessários.

4.14 - A CONTRATADA deve assegurar os suportes diagnósticos e terapêuticos de acordo com estabelecido em lei e com as normas estabelecidas no Edital de Credenciamento.

4.15 - A CONTRATADA deverá atender aos beneficiários do FUSEx e da PASS com elevado padrão de eficiência e estrita observância à legislação que trata da relação de consumo e da ética profissional, utilizando todos os recursos e meios disponíveis, com os mesmo padrões de conforto dispensados aos demais pacientes, sendo-lhe vedado qualquer tipo de discriminação e a exigência de exclusividade contratual.

4.16 - Fica estabelecido como prioridade de eleição para ser assistido pelo Serviço de Assistência Domiciliar (Home Care) os seguintes grupos de beneficiários do FUSEx e da PASS:

4.16.1 - Para assistência e atendimento domiciliar pela CONTRATADA:

4.16.1.1 - Para assistência Domiciliar Home Care o Beneficiário deverá estar hospitalizado.

4.16.1.1.1 - Portadores de patologias que necessitem de cuidados paliativos;

4.16.1.1.2 - Portadores de incapacidade funcional, provisória ou permanente;

4.16.1.1.3 - Portadores de doenças crônico-degenerativas agudizadas;

4.16.1.1.4 - Outras prioridades, além das definidas nos itens anteriores.

4.16.2 - Terão atendimento prioritário os casos de urgência, bem como os beneficiários com mais de 60 (sessenta) anos de idade, lactantes, lactantes e crianças com até 5 (cinco) anos de idade, nesta ordem, preferencialmente.

4.17 - Fica definida como exclusão de usuários, dada a complexidade para a assistência pelo Serviço de Assistência Domiciliar (Home Care), os seguintes grupos de beneficiários do FUSEx e da PASS:

4.17.1 - Com necessidade de monitorização contínua;

17.2 - Com necessidade de propedêutica complementar com demanda potencial de realização de vários procedimentos diagnósticos em sequência com urgência:

4.17.3 - Em uso de medicação complexa com efeitos colaterais potencialmente graves ou de difícil administração;

4.17.4 - Com necessidade de tratamento cirúrgico em caráter de urgência;

4.17.5 - Que não tenham cuidador contínuo identificado;

4.17.6 - Domicílio inadequado.

4.18 - Em nenhum caso a CONTRATADA poderá cobrar diretamente do usuário qualquer valor, independente do título e da razão, salvo os processamentos e as despesas sabidamente não cobertas pelo CONTRATANTE, que, neste caso, poderá ser ajustado entre a empresa e o usuário ou seu representante legal, mediante o Termo de Ajuste Prévio (**Anexo W**). Nas situações em que ocorrer divergências de entendimento nas liberações de procedimentos e despesas não poderá haver cobrança ao usuário. A solução neste caso deverá ocorrer entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.

4.19 - A CONTRATADA deve garantir aos pacientes que estão em regime de internação domiciliar, a remoção ou retorno à internação hospitalar nos casos de urgência e emergência. A valoração deste serviço será conforme Anexo L.

4.19.1 - No caso de necessidade de remoção em ambulância, comprovada pelo médico assistente e homologada pelo Órgão Técnico do CONTRATANTE, a despesa correspondente será de responsabilidade desta.

4.19.2 - Sendo a remoção do paciente necessária em razão de defeitos em equipamentos/aparelho ou de condições operacionais para o atendimento no domicílio, cujo procedimento/exame conste da relação dos serviços oferecidos pela CONTRATADA, às despesas da remoção serão da CONTRATADA, não podendo, portanto, ser faturada para o CONTRATANTE.

4.20 - A CONTRATADA compromete-se a manter, durante a vigência contratual, todas as condições que habilitaram para o credenciamento junto ao CONTRATANTE, especialmente à manutenção de suas instalações em perfeitas condições de funcionamento e o oferecimento de serviços de boa qualidade.

4.21 - Em caso de alterações na relação de serviços especificados no Termo de Credenciamento, a parte interessada solicitará formalmente a inclusão ou exclusão dos serviços relativos a este Termo de Credenciamento, que somente poderão ser incluídos ou excluídos após a assinatura do Termo Aditivo correspondente.

4.22 - A CONTRATADA deverá permitir a auditoria técnica in loco, pela equipe de auditoria do FUSEx, nos seguintes moldes:

4.22.1 - Identificação do paciente junto ao setor de admissão da CONTRATADA onde o mesmo estiver sendo assistido;

4.22.2 - Análise do prontuário médico e demais registros clínicos;

4.22.3 - Visita ao paciente com observação crítica de seu estado, correlacionando-se com o prontuário médico e com os demais registros clínicos;

4.22.4 - Discussão dos casos com a(s) equipe(s) médica(s) assistente(s), sempre que necessário para o satisfatório desempenho das funções de auditoria a cargo do FUSEx;

4.22.5 - Preenchimento do relatório de auditoria hospitalar;

4.22.6 - Auditoria das faturas médico-hospitalares, correlacionando prontuário médico e o relatório de auditoria hospitalar.

4.23 - A rotina para os serviços de auditoria (prévia, concorrente e a *posteriori*), que existirá, obrigatoriamente, consistirá em visitas para avaliação das internações dos beneficiários do FUSEx/PASS, respeitando-se as normas legais de auditoria médica.

4.24 - Com a finalidade de regular a utilização da cobertura assistencial oferecidas aos seus beneficiários, o CONTRATANTE poderá adotar, a qualquer tempo, os mecanismos de regulação que se fizerem necessários, amparados pela legislação do FUSEx e da PASS, com comunicação prévia ao CONTRATADO.

4.25 - Durante a vigência contratual, o CONTRATANTE, caso necessário, enviará para o CONTRATADO documentos visando regular procedimentos técnicos e administrativos. Caso este não acate as novas condutas, constitui-se motivo de rescisão do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - Dos preços e das condições de pagamento

5.1 Os serviços de atendimento/internação domiciliar (Home Care) serão remunerados conforme a(s) proposta (s) detalhada(s) encaminhada(s) pela CONTRATADA e autorizada pelo CONTRATANTE para cada paciente.

5.2 Os medicamentos e materiais descartáveis necessários para assistência domiciliar serão conforme a complexidade do paciente:

5.2.1 Nível de alta complexidade: Assistência diária e contínua (24h/dia).

5.3.1 Nível de Média complexidade: Assistência por um período 12h/dia.

5.4.1 Nível de Baixa complexidade: Assistência por um período 06h/dia.

5.3 - Os honorários dos profissionais necessários ao serviço de atendimento e assistência domiciliar em regime de Home Care, serão conforme o nível de complexidade de cada paciente e os valores presentes como PACOTE no Anexo L.

5.4 - Os Materiais descartáveis serão pagos conforme Revistas SIMPRO, tabela própria do Anexo L ou valor de mercado, com 3 (três) orçamentos comparativos, sendo pago o de menor valor.

5.5. Os valores dos medicamentos serão cobrados conforme publicados no Guia Farmacêutico Brasíndice atualizado; não havendo

PMC será valorado conforme o Preço de Fábrica. Caso tenham as duas referências PMC e PF será paga a de menor valor.

5.6. Na prescrição médica para tratamento oncológicos, deverão constar as seguintes informações, a título de complemento de dados: peso atual, altura atual e superfície corpórea do paciente.

5.7 – Gases medicinais: valores constantes do **Anexo “L”** deste edital;

5.8 – O CONTRATANTE realizará a aferição nos orçamentos apresentados previamente, quando for o caso e nas faturas especialmente quanto à adequação do custo ao preço de mercado, por meio de seu Serviço de Auditoria Médica, conforme o procedimento previsto no contrato.

5.8.1 – A CONTRATANTE indenizará os medicamentos utilizados em tratamento oncológico, em conformidade com prescrição médica, porém no que se refere à quantificação do medicamento prescrito, o FUSEx/2º BEC efetuará o pagamento especificamente do total de miligramas efetivamente utilizados pelo paciente.

5.9 - A taxa de remuneração dos serviços de seleção, programação, armazenamento, distribuição, manipulação, fracionamento e unitarização, dispensação de medicação de uso restrito a hospitais e clínicas será remunerada com base nos valores acordados entre as partes.

5.9.1 - O pagamento em favor da CONTRATADA será efetuado com base no justo valor dos serviços prestados no tratamento do paciente, incluído o uso de material e medicamento, mediante apresentação de Fatura, a cada 15 (quinze) dias e ao final do tratamento, porém, submetida previamente apreciação da Seção de Auditoria de Contas Médicas do CONTRATANTE;

5.10. O CONTRATANTE somente indenizará as contas apresentadas quando o usuário tenha sido encaminhando por parte do FUSEx/2º BEC, acompanhado da Guia de Encaminhamento, com a assinatura do beneficiário ou de seu responsável, que comprove a prestação do serviço.

5.11. Procedimentos não especificados na(s) Guia(s) de Encaminhamento e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.

5.12. É vedado ao CONTRATADO cobrar diretamente do beneficiário do FUSEx/PASS qualquer importância a título de taxas, honorários ou serviços prestados, inclusive depósitos prévios, além dos constantes das Tabelas acima pactuadas.

5.13. O pagamento será precedido de consulta quanto à regularidade fiscal do CONTRATADO.

5.14. Os pagamentos serão efetuados mediante Ordem Bancária, em favor do CONTRATADO, na conta corrente, agência e banco informados, após a apresentação de Nota Fiscal dos serviços e lisura das faturas devidamente discriminadas. Deverá constar no corpo das respectivas faturas o período de competência do faturamento.

5.15. A Nota Fiscal correspondente à prestação do serviço prestado deverá ser emitida em nome da **2º Batalhão de Engenharia de Construção**, órgão do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, com sede na Av. Frei Serafim, nº 2833, CEP 64000-550, inscrito no CNPJ/MF para UG primária sob o CNPJ nº **07.549.168/0001-08** (Matriz) e para UG secundária CNPJ nº **07.549.168/0002-80** (Filial), da qual deverá constar o número da Nota de Empenho correspondente e os dados bancários do CONTRATADO, para crédito em conta corrente do valor devido, assim como a discriminação detalhada dos serviços cobrados.

5.16. Os valores vigentes na data de atendimento serão os considerados para a quitação das faturas.

5.17. O CONTRATADO se obriga a apresentar a fatura ao CONTRATANTE, nos prazos indicados no Edital de Credenciamento, de cada mês, no Setor de lisura do Posto Médico da Guarnição de Teresina/2º BEC, em 01 (uma) via, em nome do 2º Batalhão de Engenharia de Construção, órgão do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, anexando todos os comprovantes de despesas, as Guias de Encaminhamento do FUSEx/PASS com as assinaturas dos beneficiários ou de seus responsáveis, a relação de materiais e medicamentos gastos relativos aos atendimentos prestados no mês considerado, discriminando número de ordem, data, número da Guia de Encaminhamento, nome do usuário, número do documento de identidade, número de matrícula do Servidor Civil ou de seu dependente, se for o caso, número de matrícula no cadastro de beneficiários do FUSEx (número de cartão FUSEx, composto pelo Código de Pessoal – PREC/CP – mais sequência familiar), se militar contribuinte do FUSEx, código da Tabela correspondente, os quantitativos de CH, pacote adotado, relatório de conferência (espelho) e uma ficha de controle de procedimentos.

5.17.1 - O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução;

5.17.2 - O CONTRATADO deverá apresentar, separadamente, as faturas de despesas dos beneficiários do FUSEx, de Servidores Civis, de usuários de Fator de custo e dos paciente que evoluíram ao óbito;

5.17.3 - O CONTRATADO deverá apresentar as faturas em lotes separados, organizados por despesas com consultas;

5.17.4 - O CONTRATANTE restituirá a documentação acima citada, se a mesma apresentar rasuras, incorreções ou outros vícios de forma em até 15 (quinze) dias do respectivo protocolo;

5.17.5 - Aceita a documentação, dentro do prazo acima fixado, a mesma será recebida por meio de termo circunstanciado assinado pelas partes.

5.18. O CONTRATANTE realizará a aferição das faturas, por meio do Setor de Lisura do Posto Médico da Guarnição de Teresina/2º BEC, e o pagamento das despesas constantes das notas fiscais, na medida em que estas forem apresentadas, sendo vedada a acumulação das mesmas para providências posteriores sem motivos justificados.

5.18.1 – Fatura entregue no Setor de Protocolo do FUSEx, com atrasos será objeto de avaliação pelo Serviço de Auditoria, sendo aplicada a glosa total do seu valor.

5.18.1.1 – Devolução de Guias Eletivas:

5.18.1.1.1- As Guias Eletivas deverão ser apresentadas no Setor de Entrada de Faturas e Emissão de Guias do FUSEx em até 20 (vinte) dias corridos após a data do atendimento.

5.18.1.1.2- As guias que contemplarem sessões seriadas deverão ser entregues no Setor de Entrada de Faturas e Emissão de Guias do FUSEx em até 10 (dez) dias corridos após a última sessão.

5.19. Toda situação anormal, que impossibilite ou prejudique o pagamento das despesas, será imediatamente informada ao CONTRATADO.

5.19. O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este contrato ou o edital.

5.20 - O CONTRATADO poderá interpor representação, nos termos do art. 109, II, da Lei nº 8.666/1993, contra a decisão da glosa, constantes das faturas restituídas pelo CONTRATANTE, conforme o Índice de Glosa do **Anexo L** deste contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias;

5.20.1 - Caso o Setor de Auditoria reconsidere sua decisão, o procedimento de pagamento prosseguirá seu curso;

5.21 O CONTRATANTE efetuará o pagamento das faturas apresentadas nas condições prescritas, no prazo máximo, contado da data de protocolo das mesmas no Posto Médico da Guarnição de Teresina/2º BEC e após a aferição da respectiva lisura, de até 60 (sessenta) dias.

5.22 - Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24, da Lei nº 8.666/1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura.

5.23. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365;$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

5.24. Sobre o valor devido ao CONTRATADO, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep, conforme disposto na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 480, de 15 de dezembro de 2004.

5.25. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

5.26. O CONTRATADO regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.27. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas por parte do CONTRATADO.

5.27.1 - O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

5.28. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - Do reajuste

6.1 Os valores previstos no corpo do Edital e em seus anexos (Anexo L) serão corrigidos e publicados anualmente, até a

vigência do presente edital, em estrita observância às regras abaixo:

6.1.1 Os valores dos itens relacionados às taxas, diárias, materiais, dietas e suplementos; pacotes de prestação de serviços; assistência domiciliar; especialidades não médicas; procedimentos odontológicos; consultas **serão atualizados mediante publicação de nova tabela própria da Administração (Anexo L), no mês de janeiro, tendo como parâmetro pesquisa de preços, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2014.**

6.1.2 Os preços dos medicamentos **serão pagos pela tabela ÍNDICE FARMACEUTICO BRASÍNDICE ATUALIZADO.**

6.1.3 O SADT e os procedimentos médicos **serão pagos pela tabela CBHPM**, publicada pela Associação Médica Brasileira, de acordo com portes e UCO's que **reflitam a realidade do mercado.**

6.1.4 O filme radiológico **será pago pela tabela do Colégio Brasileiros de Radiologia vigente à época da republicação do edital**, conforme condições e critérios da referida instituição.

6.2 A atualização dos valores contratados poderá refletir diminuição dos anteriormente fixados. Lei nº 10.192/2001.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da vigência

7.1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2020.

7.2. O CONTRATADO dará início aos serviços no dia 1º de abril de 2020 ou na data da assinatura do Termo de Contrato, caso este ato ocorra durante o ano de 2020.

7.3. O presente contrato com base no inciso II no artigo 57 da Lei 8.666/93 e suas atualizações, poderá ser prorrogado, mediante a celebração de termo aditivo, por prazos iguais e sucessivos de até 12 meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, contados da data da publicação do Edital que lhe serve de fundamento, desde que a vigência do referido Edital seja prorrogada por período equivalente.

7.3.1 – Nos termos do Enunciado nº 04 CPLC/DECOR/CGU/AGU, constitui juízo de conveniência e oportunidade da autoridade pública competente, podendo vigorar por prazo indeterminado, subsidiariamente ao § 4º do artigo 57 da Lei 8.666/93.

7.4. O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos, na imprensa oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA - Da dotação orçamentária

8.1. A fonte de recursos será do Orçamento Geral da União, Recursos da Gestão 00001, Fonte de Recursos 0250270037-0250270013-01000000000, Programa de Trabalho Resumido 045161-045162-045098-045101-045100, Natureza da Despesa 339039 e Plano Interno D8SACIVOCSA – PASS; D8SAFUSOCSA- FUSEX; D8SAFCTOCSA – Fator de Custo e D8SAECBOCSA – Ex Combatente.

8.1.1 - A despesa será empenhada à conta do crédito acima consignado, por meio de nota de empenho.

CLÁUSULA NONA - Da responsabilidade civil

9.1. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

9.2. A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

9.3. O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das sanções

10.1. Pelo atraso injustificado na execução das obrigações decorrentes do contrato, o CONTRATADO estará sujeito à multa de 1% última fatura paga o(a) contratado(a), por dia de atraso, aplicada na forma prevista no art. 86 da Lei nº 8.666/1993.

10.1.1 - A multa acima não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no edital.

10.2. O descumprimento das obrigações contratuais, inclusive sua inexecução, total ou parcial, e/ou das condições previstas no edital e neste contrato sujeitará o CONTRATADO, na forma do disposto no Art. 87 da Lei nº 8.666/1993, às seguintes penalidades:

10.2.1 – Glosas (Total ou Parcial);

10.2.1.1 – A penalidade de glosa será aplicada, exclusivamente, pelo Serviço de Auditoria do FUSEx/2º BEC e utilizada para impugnação parcial ou total de valores relativos aos serviços prestados pela CONTRATADA e será aplicada nas seguintes condições e formas:

10.2.1.1.1 – Glosa Administrativa: aplicada quando da evidência, pelo auditor, do não cumprimento de parâmetros administrativos estabelecidos para a cobrança de serviços, tais como: ausência de assinatura do assistido na guia de cobrança; ausência de assinatura e carimbo do profissional que realizou o atendimento, rasuras; ausência de preenchimento de campos obrigatório das guias.

10.2.1.1.2 - Glosa Técnica: aplicada quando da ocorrência de cobranças indevidas dos itens que compõem as faturas apresentadas.

10.2.2 - Advertência;

10.2.3 - Em caso de inexecução parcial, multa compensatória de 10% sobre o valor da última fatura paga ao contratado, podendo ser até o limite de 50% sobre o valor da última fatura paga.

10.2.4 - Em caso de inexecução total, multa compensatória de 100% sobre o valor da última fatura paga ao contratado;

10.2.5 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Comando do Exército Brasileiro, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

10.2.6 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a ser concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

10.3. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração poderão também ser aplicadas às pessoas jurídicas ou físicas que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/1993:

10.3.1 - Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.3.2 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos do credenciamento; e

10.3.3 - Demonstrem não possuir inidoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.4. As penalidades serão aplicadas após processo administrativo regulamentar em que seja assegurado ao licitante o direito ao contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.

10.5. A multa será descontada da garantia do contrato e de pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

10.6. As sanções previstas nos **subitens 10.2.1, 10.2.4, 10.2.5** desta Clausula poderão ser aplicadas juntamente com as dos **subitens 10.2.2 e 10.2.3** da referida cláusula, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva do Ministro de Estado da Defesa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

10.8. As demais sanções são de competência exclusiva do Ministro da Defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão

11.1. O presente contrato poderá ser rescindido nos casos de inexecução total ou parcial, na incidência dos motivos citados no Art. 78 da Lei nº 8.666/1993, conforme abaixo descrito:

11.1.1 - Determinado por ato unilateral e motivado da Administração do FUSEx, nos seguintes casos:

11.1.2 - Não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, cláusulas e serviços contratados;

11.1.3 - Interrupção dos serviços por parte do CONTRATADO, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

11.1.4 - A comunicação prévia à administração para a interrupção dos serviços deverá ocorrer com 30 (trinta) dias de antecedência no mínimo.

11.1.5 - Atraso injustificado no início dos serviços;

11.1.6 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato;

11.1.6 - Não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, assim como das de seus superiores dos canais técnicos e administrativos da Administração do FUSEx.

11.1.7 - Cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma do § 1º do Art. 67, da Lei nº 8.666/1993;

11.1.8 - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, bem como a dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

11.1.9 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;

11.1.10 - Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

11.1.11 - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato;

e,

11.1.12 - Descumprimento do disposto no inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.2 - Por acordo entre as partes, reduzida a termo no procedimento de credenciamento, desde que haja conveniência para a Administração e não prejudique a assistência à saúde dos beneficiários do FUSEx/PASS, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

11.2.1 - Estando em processo de apuração de irregularidades na prestação de seus serviços, o CONTRATADO não poderá solicitar a rescisão, enquanto não concluído o processo de apuração.

11.2.2 – havendo termino de contrato, por qualquer motivo, a CONTRATADA continuará prestando serviço aos pacientes internados até a sua alta hospitalar ou transferência para outra OCS contratada ou organização Militar de Saúde do Exército.

11.3 - Por rescisão judicial promovida por parte do CONTRATADO, se a Administração do FUSEx incidir em quaisquer das seguintes hipóteses:

11.3.1 - A supressão, por parte da Administração de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do Art. 65 da Lei nº 8.666/1993;

11.3.2 - A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao CONTRATADO, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação; e

11.3.3 - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração do FUSEx decorrentes de serviços, ou parcelas destes, recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao CONTRATADO o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

11.3.3.1 – O prazo de 90 (noventa) dias será considerado a partir da data da fatura entregue no FUSEx.

11.4 . A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, observado o devido processo legal.

11.5 . O 2º Batalhão de Engenharia de Construção poderá, no curso de processo de apuração das hipóteses de rescisão administrativa, interromper temporariamente a execução dos serviços, observado o limite fixado no **subitem 1.3.2** desta Cláusula.

11.6. Quando a rescisão ocorrer com base nos **subitens 11.1.9, 11.1.10 e 11.3** desta cláusula, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados, tendo direito a:

11.7 - Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

11.8 - Pagamento do custo da desmobilização.

11.9. A rescisão unilateral por ato da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

11.9.1 - Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

11.9.2 - Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

11.10. É permitido à Administração, no caso de recuperação judicial do CONTRATADO, manter o ajuste, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

11.11. Em caso de rescisão, os tratamentos em curso deverão ser concluídos por parte do CONTRATADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do CONTRATANTE.

11.12. A rescisão não eximirá o CONTRATADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das obrigações do contratante

12.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

12.1.1 - Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos neste contrato;

12.1.2 - As fases do processamento das despesas médicas deverão ser acompanhadas por parte do órgão executor do FUSEx/PASS, por intermédio de auditorias prévias, concorrentes e a *posteriori*, além da verificação da lisura e inspeções administrativas, conforme estabelece o Art. 80 da Portaria nº 048-DGP/2008, e Art. 18, § 2º, da Portaria nº 117-DGP/2008 (IR 30-57).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das obrigações do contratado

13.1. O CONTRATADO obriga-se a:

13.1.1 - Indicar formalmente à Administração o nome, identidade e CPF do preposto e/ou responsáveis pela prestação dos serviços, objeto deste contrato;

13.1.2 - Manter disponibilidade de mão de obra dentro dos padrões quantitativo e qualitativo suficientes para atender as demandas ordinárias, bem como eventuais acréscimos solicitados pela Administração, respeitado as disposições da legislação trabalhista vigente;

13.1.3 - Arcar com o custo do fornecimento de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI) para a mão de obra envolvida, sendo vedado o repasse de tal custo ao CONTRATANTE;

13.1.4 - Efetuar a reposição da mão de obra nos serviços, em caráter imediato, em eventual ausência;

13.1.5 - Atender de imediato as solicitações relativas à substituição de mão de obra desqualificada ou entendida por parte da Administração como inadequada para a prestação dos serviços aos seus beneficiários;

13.1.6 - Instruir o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações técnicas e administrativas da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Saúde Ocupacional;

13.1.7- Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade nos serviços prestados;

13.1.8 - Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais resultantes da execução do contrato, nos termos da legislação aplicável; e

13.1.9 - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação constantes do edital.

13.1.9.1 Nesse caso, é vedada a retenção de pagamento se o contratado não incorrer em qualquer inexecução do serviço;

13.1.9.2 A Administração poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

13.1.9.2.1 - Este deverá de até 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por mais até 30 dias.

13.1.10 – Para as situações em que o beneficiário necessitar de **Atendimento De Emergência Clínica Ou Cirúrgica**, a OCS contratada faz o atendimento e/ou executa o procedimento cirúrgico imediatamente, independente de autorização prévia do FUSEx, comunica a ocorrência ao FUSEx e, no **prazo de até 3 (três) dias úteis**, envia ao FUSEx o boletim de Atendimento de Urgência, anexando a este um orçamento com previsão das despesas para **3 (três) dias de internação**.

13.11 – As contas dos pacientes internados deverão ser entregues para confecção da Guia a cada período de 15 (quinze) dias ao FUSEx e faturadas em até 3 (três) dias úteis após fechamento da conta parcial. **O não cumprimento desta regra implicará em glosa total da referida conta.**

13.12 – As contas dos pacientes que receberem alta ou óbito deverão ser entregues ao FUSEx no prazo de até 3 (três) dias úteis, **o não cumprimento desta regra implicará em glosa total da referida conta.**

13.13 - O não cumprimento dos requisitos contidos neste Termo de Referência, no Edital de Credenciamento e no Termo de Contrato torna o serviço prestado inapto juridicamente para processamento e o pagamento das despesas decorrentes, causando glosa, consequentemente, por caracterizar realização de procedimento que exige prévia autorização, sem que esta tenha sido dada formalmente pelo FUSEx/2º BEC.

13.14 – Fica obrigado a atender a resolução CONAMA nº 3358, de 29/04/2005 e Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Das Glosas

14.1. É reservado à CONTRATANTE, mediante análise técnica e administrativa, o direito de glosa total ou parcial dos procedimentos apresentados em desacordo com as disposições contidas no Edital de Credenciamento e neste Termo de Contrato, de acordo com a legislação aplicável e atos normativos administrativos pertinentes.

14.2. A CONTRATADA disponibilizará a documentação de comprovação dos gastos juntamente com a fatura para o processo de auditoria e lisura de contas médicas a cargo do Serviço de Auditoria do FUSEx/2º BEC.

14.3. A CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar Pedido de Recurso de Glosa, devendo ser feito por escrito e em formulário próprio (recurso de glosa), com a devida justificativa técnica e fundamentada para a revisão dos valores glosados.

14.4. O recurso de glosa apresentado pela CONTRATADA será julgado e motivado no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento do recurso pela CONTRATANTE, e será concluído com a emissão de parecer.

14.5. A CONTRATADA somente está autorizada a realizar os procedimentos previamente ajustados em contrato, sob pena de arcar com as despesas advindas desses procedimentos.

14.6. Nos casos de atendimento de urgência ou emergência, a CONTRATANTE se compromete a arcar com as despesas da consulta inicial com o médico atendente da CONTRATADA, exceto se o atendimento evoluir para internação. As demais despesas referentes aos atendimentos previstos neste subitem, se existirem, serão avaliadas em auditoria concorrente ou a posterior, para efeito de pagamento, conforme o caso.

14.7. Caso haja divergência entre o código do procedimento previsto e a autorização da CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA, neste caso, encaminhar o beneficiário à CONTRATANTE para as correções necessárias na referida guia.

14.8. São situações que motivarão Glosa por parte da CONTRATANTE, além de outras relacionados na Tabela de Motivos de Glosas (**Anexo L**):

14.8.1 - Cópia de Guia de Encaminhamento, adulteração, rasura ou uso de corretivo nos documentos comprobatórios;

14.8.2 - Boletim de Atendimento de Urgência ou Emergência sem a assinatura do paciente atendido ou seu responsável legal;

14.8.3 - Guia de Encaminhamento em nome de outra CONTRATADA;

14.8.4 - Guia de Encaminhamento vencida, ou seja, passados mais de 30 (trinta) dias da data de sua emissão até o atendimento;

14.8.5 - Ausência de Guia de Encaminhamento junto à relação de faturamento apresentada ao FUSEx;

14.8.6 - Ausência nas faturas do Boletim referentes aos atendimentos de urgência ou emergência;

14.8.7 - Boletim de Atendimento de Urgência/Emergência com pelo menos um campo não preenchido ou rasurado;

14.8.8 - Valores de procedimentos em discordância com os pactuados neste contrato;

14.8.9 - Procedimentos eletivos atendidos sem a Guia de Encaminhamento previamente emitida pelo FUSEx;

14.8.10 - Atendimento a paciente cujo nome não coincide com o da Guia de Encaminhamento;

14.8.11 - Guia de Encaminhamento sem o código do procedimento ou cujo código não se refira ao procedimento realizado; e

14.8.12 - Ausência de assinatura na Guia de Encaminhamento:

14.8.12.1 - Do beneficiário ou do seu responsável legal ou acompanhante; ou

14.8.12.2 - Do Médico ou Gestor do FUSEx.

14.9. Descumprimento de normas administrativas do FUSEx regulando processo de glosa, emitidas ao longo da vigência do Contrato.

14.10. Descumprimento dos prazos para a apresentação das contas e Boletim de Urgência/Emergência ao FUSEx/2º BEC.

14.11. Outros motivos de glosas, conforme relacionados no **Anexo L** do Edital de Credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da negação de remuneração a militares

15.1. O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados aos beneficiários do FUSEx/PASS atendidos sob a regência do presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Da subcontratação

16.1. É vedado a entidade contratada, delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços objeto deste Termo de Contrato.

16.2. Somente poderá ocorrer terceirização parcial dos serviços contratados se a OCS comunicar previamente este fato ao FUSEx, enviando a documentação do órgão terceirizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Do valor do contrato

17.1. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato, abrangendo sua vigência mais as prorrogações máximas, caso permitido, terá como base o levantamento estimativo dos encaminhamentos que foram realizados nos últimos doze meses pelo 2º Batalhão de Engenharia de Construção, para as Organizações Civis de Saúde anteriormente contratadas com o FUSEx.

17.1.1 - O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato.

17.1.2 - O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período.

18.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente contrato será o do município de Teresina/PI, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.2. E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 3 (três) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Teresina-PI, ____/____/____

Pelo CONTRATANTE:

MARCELO FLORENTINO BORLINA – Tenente Coronel
Comandante e Ordenador de Despesas do 2º Batalhão de Engenharia de Construção
CPF **189.193.658-14**

Pelo CONTRATADO:

XXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor Administrativo _____
CPF nº 000.000.000-00

TESTEMUNHAS:

[illegible][illegible]